



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Mayrink Veiga nº 09, 27º andar Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.090-010 - Brasil
Telefone: +55 21 3037-4000, dirad@inpi.gov.br

**TERMO DE CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº
011/2019, QUE FAZEM ENTRE SI O
INSTITUTO NACIONAL DA
PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI
E A EMPRESA PONTUAL
SERVIÇOS EMPRESARIAL EIRELI**

O INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI, Autarquia Federal, criado pela Lei nº 5.648/70, vinculado ao Ministério da Economia, com sede na Rua Mayrink Veiga, nº 9, 27º Andar, Centro - Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 42.521.088/0001-37, neste ato representado pelo seu Diretor de Administração, o Sr. **JÚLIO CÉSAR CASTELO BRANCO REIS MOREIRA**, nomeado pela Portaria nº 664, de 19 de junho de 2018, publicada no D.O.U. de 20 de junho de 2018, inscrito no CPF sob o nº 376.282.165-87, portador da Carteira de Identidade nº 26.867.565-9, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **PONTUAL SERVIÇOS EMPRESARIAL EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.688.729/0001-35, sediada na Rua Genésio Vieira Campos, 169, Bairro Santa Cecília, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. **LEANDRA PATRICIA SOUZA GONCALVES**, inscrita no CPF nº 047.850.816-60, portadora do Documento de Identidade MG-12.004.978, tendo em vista o que consta no **Processo SEI nº 52402.004543/2018-12** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico INPI nº 02/2019**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços contínuos de apoio administrativo, a serem executados nas dependências da Unidade Regional do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI listada abaixo, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no **Termo de Referência, Anexo I do Edital**.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Contrato INPI nº 11 /2019



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Mayrink Veiga nº 09, 27º andar Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.090-010 - Brasil
Telefone: +55 21 3037-4000, dirad@inpi.gov.br

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	UNIDADE REGIONAL	POSTO	QUANTITATIVO
1	COINS-SP	Assistente Administrativo I – Nível Médio	2

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 04/06/2019 e encerramento em 04/06/2020, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no **Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017**, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ 5.410,74 (cinco mil, quatrocentos e dez reais e setenta e quatro centavos)**, enquanto o valor total é de **R\$ 64.928,92 (sessenta e quatro mil, novecentos e vinte oito reais e noventa e dois centavos)**.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Mayrink Veiga nº 09, 27º andar Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.090-010 - Brasil
Telefone: +55 21 3037-4000, dirad@inpi.gov.br

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Programa: 2121 – Gestão de Manutenção do MDIC.

Ação: 2000 – Administração da Unidade.

Plano Orçamentário: 0004 – Gestão Administrativa Regional.

Plano Interno: UNIDADE/SP

Nota de Empenho: 2019NE800423, de 22 de maio de 2019, no valor de **R\$ 37.875,18 (trinta e sete mil, oitocentos e setenta e cinco reais e dezoito centavos)**, à conta da dotação orçamentária especificada nesta Cláusula, para atender às despesas inerentes à execução do Contrato, no presente exercício, podendo haver complementação posterior.

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO.

5.1. Os critérios de medição e o prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no **Termo de Referência, Anexo I do Edital e no Anexo XI da IN SEGES/MP n.º 5/2017.**

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. O critério de reajustamento de preços se dará por repactuação, pela demonstração analítica da variação dos componentes dos custos.

6.2. A repactuação de preços, cuja contratação em tela contempla serviços continuados e com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, deverá observar o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Mayrink Veiga nº 09, 27º andar Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.090-010 - Brasil
Telefone: +55 21 3037-4000, dirad@inpi.gov.br

6.2.1. A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta por norma, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito do contratado e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o **inciso XXI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil**, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

6.2.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.2.3. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

6.3. O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

6.3.1. Da data limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

6.3.2. Da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

6.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

6.5. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

6.5.1. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Rua Mayrink Veiga nº 09, 27º andar Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.090-010 - Brasil
Telefone: +55 21 3037-4000, dirad@inpi.gov.br

de instrumento legal, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, observado o disposto no **art. 6º da Instrução Normativa n.º 5/2017**.

6.5.2. A variação de custos decorrente do mercado somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

6.5.2.1. Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

6.5.2.2. As particularidades do contrato em vigência;

6.5.2.3. A nova planilha com variação dos custos apresentada;

6.5.2.4. Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

6.5.2.5. A disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

6.5.3. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.5.4. As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

6.5.5. O prazo referido no **item 6.5.3** ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

6.5.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

6.5.7. As repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

6.6. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas da seguinte forma:

6.6.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação, como regra geral;

6.6.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade e para concessão das próximas repactuações futuras; ou



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Mayrink Veiga nº 09, 27º andar Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.090-010 - Brasil
Telefone: +55 21 3037-4000, dirad@inpi.gov.br

6.6.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.6.3.1. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.7. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no **art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993**.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do **Termo de Referência, Anexo I do Edital**.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO.

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no **Termo de Referência, Anexo I do Edital**.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no **Termo de Referência, Anexo I do Edital**.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no **Termo de Referência, Anexo I do Edital**.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO.

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Rua Mayrink Veiga nº 09, 27º andar Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.090-010 - Brasil
Telefone: +55 21 3037-4000, dirad@inpi.gov.br

11.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos **incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n.º 8.666, de 1993**, e com as consequências indicadas no **art. 80 da mesma Lei**, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no **Termo de Referência, Anexo I do Edital**;

11.1.2. Amigavelmente, nos termos do **art. 79, inciso II, da Lei n.º 8.666, de 1993**.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no **art. 77 da Lei n.º 8.666, de 1993**.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (**art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018**).

11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (**art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017**).

11.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

11.7.1. A garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2. Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

K



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Mayrink Veiga nº 09, 27º andar Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.090-010 - Brasil
Telefone: +55 21 3037-4000, dirad@inpi.gov.br

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do **inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993**, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no **art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018**.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES.

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES.

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do **art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993**, bem como do **ANEXO X da IN/SEGES/MP n.º 05, de 2017**.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Mayrink Veiga nº 09, 27º andar Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.090-010 - Brasil
Telefone: +55 21 3037-4000, dirad@inpi.gov.br

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS.

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.666, de 1993, na Lei n.º 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO.

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei n.º 8.666, de 1993.


16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO.

16.1. É eleito o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (Município) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei n.º 8.666/93.


Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Rio de Janeiro, 04 de junho de 2019.


INSTITUTO NACIONAL DA
PROPRIEDADE INDUSTRIAL


JÚLIO CÉSAR CASTELO BRANCO REIS
MOREIRA
Diretor de Administração

PONTUAL SERVIÇOS EMPRESARIAL
EIRELI


LEANDRA PATRICIA SOUZA GONCALVES
Representante Legal

Testemunhas:

1. 
Nome: BRUNO DUTTON RAMOS
CPF: 096.177.157-75

2. _____
Nome: _____
CPF: _____



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Mayrink Veiga nº 09, 27º andar Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.090-010 - Brasil
Telefone: +55 21 3037-4000, dirad@inpi.gov.br

AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº 011/2019

A empresa PONTUAL SERVIÇOS EMPRESARIAL EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n.º 22.688.729/0001-35, por intermédio de sua representante legal, a Sra. LEANDRA PATRICIA SOUZA GONCALVES, portadora do Documento de Identidade MG-12.004.978 e do CPF n.º 047.850.816-60, **AUTORIZA** o INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL, para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa n.º 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do **Pregão Eletrônico n.º 02/2019**:

1) Que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) Que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa PONTUAL SERVIÇOS EMPRESARIAL EIRELI junto à instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia do INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

3) Que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

Rio de Janeiro, de junho de 2019.


LEANDRA PATRICIA SOUZA GONCALVES
Representante Legal

